



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ESTUDOS TÉCNICOS Nº 1064

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A realização de eleições periódicas é um pilar fundamental do Estado Democrático de Direito. Nesse contexto, o Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) desempenha o papel fundamental de assegurar a lisura, a segurança e a eficiência de todas as etapas referentes à realização dos pleitos eleitorais, de forma a garantir o efetivo exercício dos princípios democrático e republicano aos cidadãos.

Sob esse prisma, para que a votação ocorra de maneira ordenada e uniforme em todas as seções eleitorais do estado, é imprescindível que os mesários, cidadãos que atuam como agentes da Justiça Eleitoral no dia de realização dos pleitos, estejam devidamente capacitados e orientados para o desempenho de suas atribuições.

À vista disso, a necessidade da presente contratação reside especialmente na obrigação de se *garantir a capacitação e a orientação padronizada dos colaboradores, assegurando que disponham de informações claras e acessíveis*, fornecendo-lhes um material de consulta claro, objetivo e padronizado: **o Manual de Instrução para Mesários e o Guia Rápido para as Eleições de 2026**. Esses materiais são ferramentas essenciais para a capacitação e para a resolução de dúvidas durante o dia da votação, abordando desde a montagem da seção eleitoral até o encerramento dos trabalhos e o correto manuseio da urna eletrônica.

Em regra, essas aquisições são sempre obrigatórias, por força das Resoluções do TSE, que dispõem sobre os Atos Gerais do Processo Eleitoral para todas as eleições.

É importante ressaltar que a ausência desses materiais criaria um grave risco ao processo eleitoral, podendo resultar em: atrasos durante o processo de votação; falhas de procedimento nas seções eleitorais; aumento no tempo de votação e filas, com possível criação de tumultos; insegurança jurídica por parte dos mesários, especialmente frente à tomada de decisões; e comprometimento da uniformidade e padronização do pleito em todo o estado.

Ademais, o material será utilizado, também, no treinamento de todos os técnicos contratados pelo Tribunal e servidores envolvidos no suporte ao voto informatizado, além dos exemplares destinados às reuniões realizadas com chefes de cartório e magistrados.

Dessa forma, trata-se, a presente contratação, de um investimento estratégico para garantir a qualidade, a segurança e a legitimidade do processo eleitoral, em conformidade com as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a legislação eleitoral vigente.

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

2.1 Atende ao objetivo estratégico de **"Realizar eleições céleres, seguras e transparentes"**, conforme descrição constante no [Plano Estratégico](#) 2021-2026, qual seja: *"Objetiva assegurar que o processo eleitoral seja ágil, com segurança jurídica durante todas as fases do processo. Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho."*

2.2 A contratação está prevista no Plano Anual de Contratações - Exercício 2026, conforme Portaria TRE/MA n. 773/2025.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. Requisitos Gerais

Os manuais e guias classificam-se como **materiais de consumo comuns** - e devem ser produzidos conforme as especificações definidas pelo TSE no **Ofício- Circular 54/2026**, doc. 2746899.

Trata-se, pois, de demanda relacionada ao **fornecimento não contínuo de bens comuns**, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei n. 14133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

A entrega deverá ser efetuada no local indicado, nos prazos e procedimentos estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência.

3.2. Critérios de Sustentabilidade

Em conformidade com a Portaria TRE-MA nº 271/2022, vislumbra-se a possibilidade de adoção dos seguintes critérios de sustentabilidade:

I - Utilização de papel reciclado ou proveniente de fontes que possuam certificação florestal (FSC ou similar);

II - Adoção de um sistema de gestão de resíduos para as sobras de material do processo produtivo;

III - Exigência de que as embalagens para entrega do material sejam de material reciclado e em volume mínimo necessário para garantir a integridade dos produtos;

IV - Quanto à inutilização e descarte de materiais, exigência de retorno ao seu estabelecimento operacional após o seu uso, para inutilização e descarte - ou, como alternativa, o uso do programa de reciclagem do próprio tribunal;

Ainda no que tange à sustentabilidade, por se tratar de fornecimento de material oriundo de madeira, podem ser exigidos também critérios de rastreabilidade e da origem dos insumos de madeiras a partir de fontes de manejo sustentável, em conformidade com a NBR 14790/2011 e, ainda, a não utilização de produtos que contenham substâncias agressivas à camada de ozônio na atmosfera, conforme Resolução Conama nº 267/2000 e alterações posteriores.

3.3. Requisitos de Capacidade Técnica e de Qualificação Econômico-Financeira

Tratando-se de objeto essencial para o bom andamento das ações relacionadas à instrução dos mesários que atuarão nas eleições 2026, faz-se importante garantir a capacidade de fornecimento do quantitativo solicitado, bem como mitigar os riscos de uma possível má execução ou inexecução por parte da contratada. Dessa forma, será exigida comprovação de capacidade técnica e econômico-financeira, nos termos dos arts. 67 e 69 da Lei nº 14.133/2021.

Por fim, não se justifica a exigência de **garantia de execução** (art. 96 da Lei nº 14.133/2021), haja vista que se trata de aquisição de bens comuns com recebimento imediato.

3.4. Subcontratação

É vedada a subcontratação de outra empresa para execução dos serviços, objeto destes Estudos Técnicos Preliminares, haja vista a necessidade de garantir a fiscalização e o acompanhamento de todas as etapas do processo de impressão, desde a aprovação do *layout* até a entrega final, assegurando o controle de qualidade, a segurança das informações, além do cumprimento das demais condições contratuais estabelecidas em contrato.

4. DEFINIÇÃO DOS ITENS E ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

Os itens relacionados a seguir, objeto da presente contratação, destinam-se ao uso da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, bem como de todas as Zonas Eleitorais e respectivas Mesas Receptoras de Votos e de Justificativa. Tais materiais mostram-se indispensáveis ao adequado desempenho das atividades desempenhadas pelos colaboradores envolvidos no processo eleitoral, contribuindo diretamente para a regularidade e a eficiência da execução dos trabalhos.

Ressalta-se que, na definição das quantidades a serem adquiridas, buscou-se observar critérios de razoabilidade, levando-se em conta tanto os custos envolvidos quanto as diretrizes de sustentabilidade ambiental. Dessa forma, a estimativa de quantitativos foi pautada pelo princípio da economicidade e pelo compromisso institucional da Justiça Eleitoral em adquirir apenas o estritamente necessário ao atendimento da demanda.

Além disso, faz-se importante ressaltar que a presente demanda será dimensionada com base no número estimado de mesários e colaboradores a serem treinados para as Eleições 2026, acrescido de uma reserva técnica, conforme planejamento da Escola Judiciária Eleitoral (EJE).

Por fim, com fundamento nas informações prestadas pela Coordenadoria de Urnas e Sistemas Eleitorais (COUSE), referentes ao Planejamento Orçamentário que contempla o auxílio-alimentação dos mesários — disponível na intranet institucional (<https://intranet.tre-ma.jus.br/administracao/planejamento-e-execucao-orcamentaria/2025/proposta-orcamentaria-pleitos-eleitorais-2026-completa-com-justificativas>), apresenta-se, a seguir, o detalhamento correspondente.

4.1. Metodologia de Cálculo

Conforme informações prestadas pela COUSE (id. 2604860), para as Eleições de 2026, está previsto o funcionamento de 18.138 (dezoito mil cento e trinta e oito) seções eleitorais em todo o estado. Em razão disso, torna-se necessário o dimensionamento adequado dos materiais instrucionais a serem distribuídos aos colaboradores que atuarão no pleito, notadamente as cartilhas (manuais de mesário) e os guias rápidos, instrumentos fundamentais para a padronização dos procedimentos e para o correto desempenho das funções durante as etapas de preparação e execução da votação.

Nessa perspectiva, a metodologia de cálculo a ser utilizada para a estimativa das quantidades para a contratação será consolidada em razão do número de seções eleitorais, da estimativa numérica de uso dos manuais e guias rápidos por mesários e colaboradores e pela reserva técnica de 5% (cinco por cento) — calculado com base na estimativa de uso para treinamento de juízes, promotores, servidores, supervisores de prédios, auxiliares de apoio às eleições, bem como eventuais eleições suplementares. Desse modo, com base nas informações supramencionadas, utilizar-se-á o seguinte padrão matemático para ambos os itens:

(Nº de unidades para seção eleitoral) + (Reserva técnica de 5%) = quantitativo total estimado para confecção

No que se refere às **cartilhas**, definiu-se a **necessidade de 01 (uma) unidade para cada seção eleitoral**, o que totaliza 18.138 (dezoito mil cento e trinta e oito) exemplares. A esse quantitativo **soma-se uma reserva técnica de 5% (cinco por cento)**, correspondente a **907 (novecentas e sete) unidades** adicionais, destinada a suprir eventuais necessidades complementares, como substituições, redistribuições ou ampliações pontuais de seções. Assim, o **total geral estimado para esse item é de 19.045 (dezenove mil e quarenta e cinco) cartilhas**:

Total geral relativo a 01 (uma) unidade para cada Seção (= 18.138) + 5% de reserva técnica (907 unidades) = **19.045**

Quanto aos **guias rápidos**, materiais de consulta imediata destinados a apoiar o trabalho prático dos presidentes de seção e mesários, considerou-se a necessidade de **03 (três) unidades por seção**, totalizando **54.414 (cinquenta e quatro mil quatrocentos e catorze) exemplares**.

Esse quantitativo contempla **uma unidade destinada à composição do malote de seção e duas unidades voltadas aos treinamentos dos colaboradores (presidente de seção e mesários)**. Da mesma forma que no item anterior, aplicou-se um **acréscimo de 5% a título de reserva técnica**, correspondente a **2.721 (dois mil setecentos e vinte e um) exemplares adicionais**, o que resulta em um total de **57.135 (cinquenta e sete mil cento e trinta e cinco) guias rápidos** a serem produzidos:

Total geral relativo a 03 (três) unidades (54.414) + 5% de reserva (2.721 unidades), sendo 1 para o malote e 2 para os treinamentos do presidente de seção e mesário(s) = 57.135 .

Dessa maneira, o planejamento dos quantitativos visa assegurar o atendimento integral às necessidades operacionais das seções eleitorais, garantindo, ainda, margem de segurança para eventuais ajustes logísticos ou contingências que possam surgir no decorrer do processo eleitoral.

ITEM	DESCRIÇÃO	CRITÉRIO DE DIMENSIONAMENTO	CÁLCULO DA QUANTIDADE	RESERVA TÉCNICA (5%)	TOTAL ESTIMADO	OBSERVAÇÕES / FINALIDADE
1	Cartilha de Instruções para Mesários	01 (uma) unidade por Seção Eleitoral	18.138 seções eleitorais × 1 unidade	907 unidades	19.045 unidades	Material de apoio destinado aos mesários e presidentes de seção, contendo orientações detalhadas sobre procedimentos de votação e justificativa.
2	Guia Rápido do Mesário	03 (três) unidades por Seção Eleitoral (1 para o malote + 2 para treinamentos)	18.138 seções eleitorais × 3 unidades = 54.414	2.721 unidades	57.135 unidades	Material de consulta rápida, a ser utilizado durante os treinamentos e no dia da eleição, com instruções práticas para operação da urna e condução dos trabalhos.

Ressalta-se que o treinamento dos mesários tem sido progressivamente concentrado em meios digitais, especialmente por meio Aplicativo Mesário, ferramenta oficial desenvolvida pela Justiça Eleitoral que reúne conteúdos instrucionais, materiais audiovisuais e orientações atualizadas. Dessa forma, o processo formativo prévio deixa de depender majoritariamente de material impresso, reduzindo a necessidade de distribuição individualizada a cada colaborador eleitoral.

Nesse contexto, a adoção do critério de 01 (um) exemplar por seção eleitoral mostra-se **suficiente, eficiente e alinhada ao princípio da economicidade**, uma vez que o material físico atuará como **instrumento de apoio local**, garantindo acesso rápido a instruções essenciais durante a execução das atividades, sem redundância de fornecimento ou produção excessiva.

Nesse sentido, com base nos dados apresentados e na memória de cálculo definida para a aquisição dos objetos desta contratação, apresenta-se o seguinte quadro-resumo referente aos quantitativos totais a serem adquiridos:

Material	Total Estimado (com reserva)
Cartilhas	19.045 unidades
Guias Rápidos	57.135 unidades

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR

O presente levantamento de mercado realizado teve por objetivo identificar a solução mais adequada para a produção dos Manuais de Instrução para Mesários e dos Guias Rápidos que serão utilizados nas Eleições de 2026.

Trata-se de uma contratação essencial para o pleno funcionamento do processo eleitoral, uma vez que tais materiais constituem instrumentos indispensáveis para a orientação e capacitação dos mesários e colaboradores que atuam nas seções eleitorais, assegurando a uniformidade dos procedimentos e a lisura das atividades desempenhadas no dia do pleito.

Cumprido destacar que a produção desses materiais é obrigatória por força de resolução normativa expedida pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que determina a disponibilização de manuais e guias de apoio atualizados a todos os mesários e presidentes de seção. Assim, a contratação em questão não se configura como uma medida discricionária, mas como uma exigência institucional e normativa, sem a qual restaria comprometida a regularidade e a eficiência das eleições.

Nesse sentido, a **solução de contratação de empresa gráfica** é, portanto, a mais adequada e usualmente adotada pelo Tribunal, inclusive em pleitos anteriores, por apresentar capacidade técnica e produtiva compatível com a complexidade e a urgência que envolvem o processo eleitoral. Empresas gráficas especializadas dispõem de estrutura industrial, insumos de qualidade e equipe técnica qualificada para assegurar padrão visual, acabamento, fidelidade de cores e prazos de entrega compatíveis com o cronograma eleitoral, fatores essenciais para garantir a execução eficiente da demanda.

Ademais, durante o levantamento de mercado, foram avaliadas outras possíveis soluções que, embora teoricamente viáveis, **não se mostraram vantajosas** sob a ótica da administração pública. Dentre elas, destacam-se:

a) Produção interna dos materiais: a hipótese de confecção das cartilhas e guias rápidos pelo próprio TRE-MA foi descartada por **inviabilidade operacional e econômica**. Este Tribunal não dispõe de capacidade suficiente em seu parque gráfico para atender à escala de produção necessária, tampouco de estrutura de acabamento e logística de distribuição compatível com os prazos eleitorais. Além disso, a internalização do serviço demandaria aquisição de equipamentos, insumos e recursos humanos especializados, resultando em **custos significativamente superiores e risco de inexecução**.

Outrossim, de acordo com *email* (id. 2589842) oriundo da Seção de Editoração e Artes Gráficas (SEART), em resposta ao questionamento acerca da capacidade técnico-humana de realizar a impressão e encadernação do material em apreço (utilizando-se como referência o Manual e Guia Rápido do ano de 2024), foi informado, *in verbis*:

*“Prezado Senhor Gerente,
De ordem do Gestor desta Unidade e em atenção à vossa solicitação informo que não será possível atender ao quantitativo solicitado, uma vez que o mesmo ultrapassa o limite da franquia mensal estabelecido contratualmente para as impressoras policromáticas alocadas nesta Unidade.”*

Dessa forma, tendo em vista a informação do total de seções eleitorais que funcionarão nas eleições de 2026, bem como o consequente reflexo no total de Manuais e Guias Rápidos (conforme delineado pela metodologia de cálculo evidenciada no item 4 destes Estudos Técnicos Preliminares), a confecção desses materiais no próprio parque gráfico do órgão, mostrou-se inviável, motivo pelo qual a aquisição será efetivada por meio de processo licitatório, visando ampla concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

b) Contratação de serviços de impressão sob demanda (digitais ou descentralizados): essa alternativa, embora possa parecer ágil em pequenas tiragens, **não atende aos requisitos de padronização e qualidade exigidos** para materiais de uso institucional em todo o estado. A produção descentralizada aumenta o risco de divergências no conteúdo, na diagramação e na identidade visual, comprometendo a uniformidade necessária para a capacitação dos mesários e o cumprimento das diretrizes do TSE.

c) Distribuição apenas em formato digital (cartilhas eletrônicas): apesar de o TRE-MA adotar soluções digitais complementares em suas capacitações, a **utilização exclusiva de versões digitais é inviável**, tendo em vista que o treinamento e a atuação dos mesários ocorrem em locais onde nem sempre há disponibilidade de equipamentos eletrônicos ou acesso à internet. Ademais, o uso de material impresso durante a votação é imprescindível para consultas rápidas e imediatas, especialmente em situações de contingência.

Além disso, convém destacar que o material impresso é de suma importância para treinamento e consulta dos mesários que atuarão no processo eleitoral de 2026, uma vez que o índice de acesso à Internet no Estado do Maranhão ainda é muito baixo.

Dessa forma, a análise comparativa evidencia que a **contratação de uma empresa gráfica especializada permanece como a solução mais técnica, eficiente e economicamente vantajosa** para a Administração Pública. Essa opção garante o cumprimento das exigências normativas, a padronização dos materiais, o atendimento tempestivo do cronograma eleitoral e a economicidade decorrente da escala de produção, consolidando-se como **a alternativa mais adequada e segura para o atendimento das demandas do TRE-MA nas Eleições de 2026**.

6. ESTIMATIVA DE PREÇOS

Após o envio das características dos materiais (bonecas) pelo TSE, segue a apresentação dos problemas enfrentados durante a realização da pesquisa mercadológica e da metodologia adotada para a definição do custo estimado da contratação:

1. Da Inviabilidade de Parâmetros Comparativos Externos

Inicialmente, buscou-se a utilização de parâmetros previstos nas normas de regência. Contudo, verificou-se a impossibilidade de aplicação dos seguintes parâmetros:

- **Contratações de outros órgãos públicos:** Restou inviabilizada em razão da **especificidade técnica** do material objeto desta licitação, cuja aplicação é restrita ao contexto das eleições, não possuindo similaridade com itens de consumo rotineiro de outros entes da Administração Direta ou Indireta.
- **Contratações de outros Tribunais Eleitorais:** Embora utilizem materiais idênticos, a consulta foi prejudicada pelo fator temporal. Dado o cronograma atual, os demais tribunais ainda **não concluíram ou sequer iniciaram** seus processos licitatórios para o presente ciclo, não havendo, portanto, atas de registro de preços ou contratos vigentes que pudessem servir de baliza atualizada.

2. Do Insucesso na Pesquisa Direta com Fornecedores

Diante das limitações acima, esta unidade técnica optou pela **pesquisa direta com fornecedores**. No entanto, apesar do empenho institucional, não obtivemos êxito:

- Foram contatadas **09 (nove) gráficas** via e-mail em 23 de abril, com reiteração da solicitação em 05 de maio (doc.2764811).
- O insucesso na obtenção de orçamentos é atribuído, em grande parte, ao atraso no Ofício-Circular por parte do TSE (ocorrido apenas em 15 de abril), o que comprimiu o cronograma e reduziu a janela de resposta das empresas interessadas.

3. Da Metodologia Adotada e Atualização Monetária

Dadas as dificuldades de obtenção de dados externos e contemporâneos, a metodologia escolhida foi a utilização dos **dados da contratação anterior do próprio órgão (Eleições 2024)**, constantes no processo **SEI 0000716-87.2024.6.27.8000**. Para garantir a fidedignidade dos valores ao cenário econômico atual, aplicou-se a atualização monetária baseada na variação do **IPCA**

4. Do Acréscimo de Margem de Segurança (10%)

Por fim, considerando que a simples atualização por índices inflacionários pode não captar variações setoriais específicas do mercado gráfico em anos eleitorais, foi aplicado um **acréscimo de 10% (dez por cento)** sobre os valores finais estimados. Tal medida, amparada pela art. 15, §2º da Portaria TRE/MA n. 205/2023, justifica-se pela necessidade de **elidir o risco de inexequibilidade** (garantindo que os preços de referência cubram os custos reais de produção) e **afastar o risco de licitação deserta ou fracassada** (conferindo atratividade ao certame e assegurando que o processo culmine na efetiva contratação, essencial para a realização do pleito).

Assim, apresentadas as justificativas para a metodologia adotada, seguem tabelas com memórias de cálculo e com os custos estimados da contratação:

MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS CUSTOS ESTIMADOS	
CUSTO ESTIMADO DAS CARTILHAS PARA MESÁRIOS	
QUANTIDADE ESTIMADA: 19.045	
VALOR UNITÁRIO DA ÚLTIMA AQUISIÇÃO ACRESCIDA DA PROJEÇÃO DO IPCA (período de 06/2024 a 04/2026) = R\$ 1,64+9,66% = R\$ 1,80 .	
TOTAL INICIAL: VALOR UNITÁRIO (R\$ 1,80) X QUANTIDADE (1) X NÚMERO de SEÇÕES (19.045) = R\$ 34.281,00 (trinta e quatro mil duzentos e oitenta e um centavos).	
VALORES APÓS O ACRÉSCIMO PERCENTUAL DE 10%:	
● VALOR UNITÁRIO: R\$ 1,98	
● VALOR TOTAL: R\$ 37.709,10	
CUSTO ESTIMADO DOS GUIAS RÁPIDOS	
QUANTIDADE ESTIMADA : 57.135 (19.045 UNIDADES x 3).	
VALOR UNITÁRIO DA ÚLTIMA AQUISIÇÃO ACRESCIDA PROJEÇÃO DO IPCA (período de 06/2024 a 04/2026) = R\$ 0,15+9,66% = R\$ 0,16	
TOTAL INICIAL: VALOR UNITÁRIO (R\$ 0,16) X QUANTIDADE (3) Nº SEÇÕES (19.045) = R\$ 9.141,60 (nove mil cento e quarenta e um reais e sessenta centavos).	
VALORES APÓS O ACRÉSCIMO PERCENTUAL DE 10%:	
● VALOR UNITÁRIO: R\$ 0,176 - arredondado para R\$ 0,18	
● VALOR TOTAL: R\$ 10.284,30	
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 47.993,40 (quarenta e sete mil novecentos e noventa e três reais e quarenta centavos).	

CUSTOS ESTIMADOS DA CONTRATAÇÃO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA (UNIDADES)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Manuais Mesários	19.045	1,98	37.709,10
3	Guias Rápidos	57.135	0,18	10.284,30
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO				47.993,40

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de uma única empresa especializada em serviços gráficos para a impressão,

acabamento e entrega dos Manuais de Instrução para Mesários e dos Guias Rápidos destinados às Eleições de 2026. *A contratação será efetivada por meio de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, observando-se as especificações técnicas e diretrizes estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).*

O objeto abrangerá o fornecimento integral dos materiais, compreendendo todos os insumos, serviços acessórios e eventuais despesas indiretas indispensáveis à plena execução contratual, conforme detalhado nos itens 1, 2 e 4 deste Estudo Técnico Preliminar (ETP).

A contratada deverá fornecer o material impresso conforme as especificações técnicas detalhadas neste ETP, utilizando papel e tintas sustentáveis.

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento mais adequado seria o de **MENOR PREÇO**. A escolha do critério de julgamento supracitado se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso à Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando, assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de menor custo efetivo, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

Do ponto de vista técnico, a empresa vencedora deverá atender ao às disposições do presente documento e efetuar a execução dos itens nele relacionados, entregando produtos de qualidade e dentro das normas estabelecidas pelos órgãos reguladores, atentando-se sempre a possíveis sinalizações de melhorias, adequações ou alterações necessárias à boa execução do objeto.

O prazo de entrega dos materiais confeccionados é de até 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da aprovação formal da “Boneca”/Prova Gráfica pela unidade técnica.

7.1. Do ciclo de vida dos objetos

7.1.1. Fase de Utilização (Treinamentos e Eleições 2026)

Uso Primário: distribuição e utilização nos treinamentos de mesários e colaboradores, bem como para compor o malote dos mesários que trabalharão nas Eleições de 2026.

Logística de Retorno e Estocagem: após o pleito, a logística reversa deverá ser planejada para que as sobras ou materiais não utilizados (em estado de novo ou com mínimas marcas de manuseio) sejam recolhidos, triados e devidamente acondicionados.

7.1.2. Fase de Gestão de Sobras e Reutilização (Extensão do Ciclo)

Destinação Estratégica: a sobra de Manuais e Guias, ao invés do descarte imediato, será incorporada ao estoque de material permanente ou de consumo durável, mediante registro patrimonial ou de almoxarifado adequado.

Objetivo: permitir a utilização em eventuais Eleições Suplementares que possam ocorrer nos anos subsequentes ao pleito de 2026, até que haja uma alteração normativa ou procedimental que exija a confecção de nova edição.

Impacto: esta prática resulta em significativa economicidade para a Administração, reduzindo a necessidade de licitar e produzir novos materiais para eventos eleitorais de menor escala e urgência.

7.1.3. Fase de Descarte (Fim do Ciclo)

Descarte Planejado: o descarte somente ocorrerá quando os materiais se tornarem obsoletos (por alteração legal ou instrucional), danificados ou inservíveis.

Responsabilidade Ambiental: o desfazimento deverá seguir rigorosos critérios ambientais, priorizando a reciclagem por meio de cooperativas ou empresas especializadas, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), maximizando o reaproveitamento de papel e minimizando o impacto ambiental.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

A presente contratação deverá ser realizada em um **único grupo, contendo dois itens** (Manual de Mesários e Guias Rápidos), a fim de garantir que as cartilhas sigam o mesmo padrão de impressão e sejam entregues ao mesmo tempo, permitindo o melhor planejamento de entrega às Zonas Eleitorais.

A divisão em dois itens não parece representar ampliação de competitividade uma vez que Cartilhas (Guias Rápidos) e Manuais são itens de mesma natureza, não havendo segmentação de mercado ou vantajosidade econômica que justifique o parcelamento. A contratação de uma única empresa garante a uniformidade visual e de qualidade entre os dois materiais, que são complementares e integram o mesmo "kit" de trabalho do mesário.

Ademais, destaca-se que a estratégia referente à utilização de grupo para a presente contratação reforça o ganho de escala.

Por fim, a gestão de um único contrato demonstra-se como mais eficiente para a Administração Pública, reduzindo custos administrativos e otimizando a fiscalização da entrega e da qualidade dos materiais.

Assim, o parcelamento não se mostra vantajoso e nem representa uma verdadeira ampliação da competitividade, uma vez que os itens possuem características técnicas similares e são produzidos por empresas de um mesmo segmento de mercado, de modo que o fracionamento da contratação poderia prejudicar o padrão de impressão dos materiais e resultar em perda de economia de escala e em maior complexidade administrativa, contrariando o disposto no art. 40, §3º, I da Lei 14.133/2021

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Tendo em vista o fato da impossibilidade de impressão dos Manuais e Guias Rápidos pela Seção de Editoração e Artes Gráficas, concluímos que a realização do trabalho em apreço por gráficas que atuam na área e que possuem *know-how* e capacidade técnica se mostra, no todo, aceitável. Nesse sentido, a partir da efetivação da contratação, visa-se à consolidação dos seguintes resultados:

- a) **Eficiência**, posto que ocorrerá a adequada relação entre os custos incorridos e os benefícios advindos do alcance dos objetivos;
- b) **Economicidade**, com a ocorrência de baixos custos na realização desta contratação;
- c) **Melhor aproveitamento dos recursos humanos**, posto que, conforme asseverado, não dispomos de equipamento, material e nem de mão de obra mínima-necessária à realização de tal empreitada;
- d) **Recursos materiais e financeiros disponíveis**, inclusive com respeito a impactos ambientais positivos (e.g. consumo mínimo de papel ou de energia elétrica, caso ocorra a necessidade extraordinária de impressão de número extremamente reduzido de Manuais e Cartilhas para zonas que iniciarem seus trabalhos de treinamentos a partir da segunda quinzena de agosto de 2026 e ainda não tenha ocorrido a conclusão do processo de impressão, empacotamento e distribuição dos mesmos;
- e) **Sustentabilidade**, posto que a gráfica vencedora pode oferecer soluções que promovam a sustentabilidade, como a redução do consumo de papel e energia elétrica, consoante destacado no item “d”, além do descarte correto de suprimentos e material de consumo inutilizado.
- f) **Capacitação Efetiva**, buscando-se a garantia de que 100% dos mesários convocados recebam material de instrução de alta qualidade, com claros e padronizados;
- g) **Redução de Erros**, de maneira a mitigar falhas operacionais nas seções eleitorais, resultando em um processo de votação mais ágil e seguro.
- h) **Segurança e Transparência**, para o Fortalecimento da confiança no processo eleitoral, demonstrando o cuidado da Justiça Eleitoral na preparação de seus colaboradores.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não se aplica.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

Atualmente, não há no âmbito deste Regional, contratações correlatas ou interdependentes, inclusive com relação ao cronograma de execução dos serviços.

12. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Em observância aos princípios da administração pública sustentável e às diretrizes estabelecidas no Decreto nº 10.936/2022 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), na Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG (que dispõe sobre critérios de sustentabilidade nas aquisições públicas) e na Resolução CNJ nº 550/2024, que alterou a Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, esta contratação deve considerar os potenciais impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços gráficos, bem como adotar medidas mitigadoras que reduzam tais efeitos adversos.

A confecção dos Manuais de Instrução para Mesários e dos Guias Rápidos destinados aos colaboradores das Eleições de 2026 envolve processos produtivos que demandam o uso intensivo de insumos e recursos naturais, além de gerar resíduos e emissões. Entre os principais impactos ambientais potenciais, destacam-se:

- O consumo de papel, cuja produção requer matéria-prima florestal, água e energia elétrica em larga escala;
- A geração de resíduos sólidos, como aparas, sobras de papel e embalagens, além de resíduos químicos oriundos de tintas, solventes, vernizes e colas;
- A emissão de compostos orgânicos voláteis (COVs) e gases de efeito estufa (GEE), resultantes dos processos industriais e do transporte de insumos e produtos;
- Os impactos logísticos associados à distribuição dos materiais, incluindo aumento das emissões de CO₂, tráfego e ruído local;
- E, no pós-consumo, o acúmulo de resíduos não recicláveis, especialmente quando empregados materiais com plastificação, laminação ou encadernações metálicas.

Com vistas à mitigação desses impactos, recomenda-se que a adoção de **critérios de sustentabilidade** aplicáveis à contratação, entre os quais:

- utilização de **papel reciclado ou proveniente de fontes certificadas** (FSC ou PEFC), assegurando a origem sustentável da matéria-prima;
- adoção de **tintas à base de água ou de origem vegetal**, com baixo teor de COVs;
- priorização de **acabamentos e colagens livres de substâncias tóxicas**, favorecendo a reciclabilidade dos produtos;
- exigência de **plano de gestão de resíduos** por parte da contratada, abrangendo coleta seletiva, reaproveitamento e destinação ambientalmente adequada dos rejeitos;
- incentivo à **logística sustentável**, com otimização de rotas de transporte e preferência por **produção local ou regional**, reduzindo as emissões associadas à distribuição;
- estímulo à **reciclagem ou reaproveitamento dos materiais após o uso eleitoral**, bem como à **substituição parcial por versões digitais**, quando tecnicamente viável.

A adoção dessas medidas contribui para a minimização dos impactos ambientais, o uso racional dos recursos naturais e o fortalecimento das práticas sustentáveis na Administração Pública, em conformidade com os objetivos da Justiça Eleitoral e com as políticas nacionais e institucionais de sustentabilidade.

Outrossim, no tocante à sustentabilidade, podem ser incluídos no Termo de Referência requisitos pertinentes (como os relacionados ao empacotamento dos materiais, por exemplo), além de medidas para descarte ambientalmente adequado de suprimentos e material de consumo inutilizados, com uso do programa de reciclagem do órgão.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação, em grupo único e por meio de Pregão Eletrônico, de serviços gráficos para a produção de material didático-eleitoral com a impressão de **19.045 (dezenove mil e quarenta e cinco) Manuais e 57.135 (cinquenta e sete mil cento e trinta e cinco) Guias Rápidos**, a serem distribuídos e utilizados nos treinamentos de mesários e colaboradores para as Eleições de 2026 se mostra **plausível e competitiva**, uma vez que os itens requeridos caracterizam-se como bens e serviços comuns, amplamente fornecidos por um diversificado mercado gráfico nacional, o que assegura a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Carlos Rogério Penha Freire
Analista Judiciário - **Gerente Processo MESÁRIOS**



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROGÉRIO PENHA FREIRE, Analista Judiciário**, em 13/05/2026, às 17:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2765111** e o código CRC **8C48BDC9**.

0009491-57.2025.6.27.8000	2765111v2
---------------------------	-----------